

V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação
Básica

23 a 25 de julho de 2017

Grupo de Trabalho: GT 09 - O LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS: AVANÇOS E DESAFIOS

A apresentação da Antropologia aos alunos do Ensino Médio: como se
forma o conceito de alteridade?

Autora: Ranna Iara de Pinho Chaves Almeida

Instituição: UFU - Universidade de Uberlândia (Campus Sta Mônica
B11H37 Av. João Naves de Ávila, 2121 Uberlândia- MG Cep38400-902

A apresentação da Antropologia aos alunos do Ensino Médio: como se forma o conceito de alteridade?

Autora: Ranna Iara de Pinho Chaves Almeida

Instituição: UFU - Universidade de Uberlândia (Campus Sta Mônica Bl1H37 Av. João Naves de Ávila, 2121 Uberlândia- MG Cep38400-902)

Resumo

Analisando o material didático de Sociologia distribuído no ano de 2015 pelo Sistema de Ensino Poliedro destinado a segunda série do Ensino Médio, nota-se que abre-se uma brecha em um dos seus capítulos para que seja discutido o conceito de cultura. O material acompanha uma tendência advinda dos exames de seleção para as universidades - a inclusão de questões sobre temáticas que são amplamente discutidas pela disciplina antropológica como: etnocentrismo, relativismo, alteridade, entre outros. Avaliando também o livro didático “Sociologia em Movimento”, distribuído pela rede pública estadual em Minas Gerais no mesmo período, nota-se que ele também aborda o conceito de cultura, principalmente no capítulo intitulado “Cultura e Identidade”. Este trabalho então busca ponderar em como, através da análise de conteúdo a apresentação do conceito de cultura aos alunos do Ensino Médio pelos livros didáticos de Sociologia, é formada a ideia de alteridade. Para tanto, se partirá da concepção de análise de conteúdo de Laurence Bardin, onde o método é utilizado como um conjunto de técnicas de exame das comunicações empregando procedimentos de descrição do conteúdo das mensagens. Conclui-se então que é muito importante que o livro didático traga discussões sobre temas que impactam o dia-a-dia da comunidade escolar, sendo esta temática essencial para a construção do respeito e da equidade em uma sociedade que almeja a cada dia ser mais justa.

Palavras-chaves: Alteridade, Antropologia, Ensino de Sociologia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender como a disciplina antropológica vem sendo disseminada na educação básica nacional em especial no Ensino Médio. A partir de legislação de 2008 o ensino de Filosofia e Sociologia torna-se obrigatório em toda a rede educacional do país, assim sendo os profissionais formados nas mais diversas universidades em licenciaturas de Ciências Sociais estariam aptos a lecionar a disciplina sociológica. Estes profissionais não de se deparar com material didático específico para estas aulas e lidarão com os conceitos ali dispostos.

Este artigo faz então a análise de dois matérias – um da rede pública e outro da rede privada – focando principalmente no conceito de alteridade e em como ele é

retratado nessas obras. A partir da análise de conteúdo, metodologia do campo da comunicação, busca-se ponderar de maneira inicial sobre como este conceito vem sendo empregado nos livros didáticos, baseando-se principalmente na visão metodológica de Laurence Bardin.

METODOLOGIA

O interesse na temática do livro didático não surge de maneira estanque em minha trajetória tanto como aluna quanto professora. Fiz o Ensino Médio entre os anos de 2003 a 2006 e nesta época a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia ainda não tinha sido balizado por lei. A Lei nº 11.684, só existiria em 2 de junho de 2008, sendo sua função a de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação instituindo o ensino obrigatório de filosofia e sociologia a todas as séries do Ensino Médio. Sendo assim, acabei por estudar estas disciplinas de maneira “improvisada” do ponto de vista dos materiais, as aulas eram ministradas baseadas em textos reproduzidos em fotocopiadoras e/ou conteúdos repassados na lousa. Principalmente na segunda opção se perdia muito tempo das já contadas aulas dessas disciplinas (apenas duas por semana, sendo divididas irmanamente pelos docentes).

Mesmo tendo tão pouco contato com as ciências sociais acabei por optar por este curso em minha graduação. Durante os quatro anos em que estive na Universidade de Brasília o cenário educacional nacional se modifica e como já citado a legislação passa a abarcar a obrigatoriedade do ensino de sociologia e filosofia na última etapa da educação básica. Neste período me formei professora e bacharel em antropologia e durante o estágio de docência tive o primeiro contato com algum material didático para a disciplina sociológica. Todos tratavam dos conceitos mais usuais dando ênfase as teorias da socialização. Ficava sempre muito incomodada pois não via o aprofundamento em diversas questões fundamentais das ciências sociais através do material didático.

Em 2015 após uma experiência de trabalho com indígenas no Mato Grosso do Sul retornei à sala de aula agora como professora. Grata surpresa tive ao receber nas mãos o material do Sistema de Ensino Poliedro e em uma rápida verificação notar como o conteúdo estava melhor distribuído e mais aprofundado e como até mesmo temas caros a antropologia eram abordados. É a partir daí que surge esta investigação. Conceitos caros à antropologia como cultura, alteridade, etnocentrismo

e relativismo estavam sendo tratados não apenas pelo discurso oral do professor, mas sendo institucionalizados através dos livros. O ímpeto era saber se tais discussões também estavam sendo apresentadas pelos livros didáticos da rede pública de ensino e em contato tanto com colegas em Minas Gerais quanto com o Guia do Livro Didático – PNLD 2015 disponibilizado pelo Ministério da Educação foi possível verificar que sim.

Tendo em mãos todas essas informações a reflexão passou a ser sobre que tipo de metodologia poderia ser utilizada para a apreciação dessa nova realidade que me era apresentada. Tomei conhecimento da ideia da análise de conteúdo advinda do campo da comunicação e travei contato com a obra de Laurence Bardin. Assim, este é o referencial metodológico aqui utilizado, a análise de conteúdo. Bardin (1979) em seu livro “Análise de Conteúdo” organiza a possibilidade de pesquisa metodologicamente em 3 partes: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Na primeira fase, chamada de pré-análise se estabelece um programa de pesquisa baseado em três missões: escolha dos documentos, formulação de hipóteses e elaboração dos indicadores para a interpretação final. Para esta pesquisa os documentos escolhidos foram: Livro 2 – Sociologia do Sistema de Ensino Poliedro (2012) e Sociologia em Movimento da Editora Moderna (2013). As hipóteses levantadas foram as de que a inclusão de temáticas relacionadas a antropologia tem relação direta com: 1. A instituição da legislação pertinente sobre o ensino de sociologia e 2. A realização de exames de seleção (vestibulares, ENEM) que trazem questões com essas temáticas.

Também durante a pré-análise foi realizada a leitura flutuante dos documentos selecionados, “(...) deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 1979, p. 96) e a constituição do corpus de análise esse “ (...) conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1979, p. 96). Este corpus foi reunido tendo em vista as regras da representatividade – por ser amostral e homogêneo; já que se tratavam de materiais didáticos, além é claro da regra da permanência estes documentos eram e são “ (...) adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise”

(BARDIN, 1979, p. 98). O indicador escolhido para interpretação foi o uso das palavras e expressões utilizadas como índices durante os textos.

Durante esta fase preparatória é necessária a referenciação dos índices utilizados na análise. Segundo a autora “(...) o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem” (BARDIN, 1979, p. 96). Os índices elegidos para essa análise foram o uso das palavras: cultura, alteridade, etnocentrismo, relativismo e antropologia – também levando em conta variáveis como: cultura material e imaterial, manifestações culturais, estruturalismo, funcionalismo e etc. Por fim, essa fase pré-analítica se encerra com a preparação do material. Por se tratarem de livros didáticos o tamanho da publicação impediria uma comparação visual sem organização, para facilitar esta comparação foram retiradas fotocópias reduzidas do material para que em cada folha tamanho A4 coubessem duas folhas do livro didático, facilitando o manuseio do material.

A segunda fase da análise de conteúdo incide na exploração do material. Esta fase é temporalmente mais longa e “(...) consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1979, p. 101), porém ela é mais facilmente realizável pois: “A fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1979, p. 101). Durante essa fase foram utilizadas as fotocópias e realizada uma nova leitura dos textos selecionados. Cada vez que um dos índices aparecia durante o texto ele era marcado com auxílio de caneta colorida para facilitar a identificação.

A terceira e última fase é o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação dos mesmos. É necessário neste ponto deixar claro que a pesquisa aqui realizada é de cunho qualitativo, isto delinea o tipo de abordagem a ser utilizada durante a interpretação dos dados coletados já que como nos mostra MORAES (1999):

A análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser enfocado em função de diferentes perspectivas. (p. 2)

O que se busca nesta análise então são os muitos significados ocultos no texto do livro didático. Apesar de se ter uma hipótese bem delimitada do porquê destes

conteúdos estarem em evidência nessas publicações fica claro que os sentidos dados a eles extrapolam suas primeiras finalidades, já que todo texto possui diversos significados. São diversas as possibilidades em relação aos sentidos como nos mostram OLABUENAGA e ISPIZÚA:

(a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; (b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor; (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes; (d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente. (OLABUENAGA e ISPIZÚA apud MORAES, 1999, p. 2)

O que se busca considerar então na análise destes dois textos é mais do que o conteúdo explícito da mensagem, a busca aqui é - conforme as características da comunicação – com que finalidade se fala cada coisa. Para tanto se quer relacionar os objetivos explícitos e implícitos, orientando a análise para o emissor da comunicação, o livro didático, e buscando captar com qual a finalidade esta mensagem é emitida – sendo estas finalidades ocultas ou manifestas.

DESENVOLVIMENTO

Subdivide-se esta parte do texto em dois momentos conforme o método utilizado. A primeira parte consiste em uma descrição do que foi encontrado durante a leitura e análise dos textos selecionados. A segunda parte consiste em uma interpretação prévia dos resultados obtidos até o momento, sendo toda essa análise passível de revisão, já que:

Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas, podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes. (BARDIN, 1979, p. 101)

PRIMEIRA PARTE: DESCRIÇÃO

A descrição consiste no processo a ser realizado após a determinação das categorias. Em nosso caso as categorias serão grupos que englobaram os índices previamente citados. A separação resultou em duas categorias:

- A) Índice Antropologia e suas variáveis (etnografia, etnologia, observação participante, análise etnológica, dados etnográficos e etc.)
- B) Índices Etnocentrismo, Alteridade, Cultura, Relativismo e suas variáveis (diferenças culturais, valores culturais, práticas culturais e etc.)

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa utilizamos aqui a orientação de MORAES (1999):

Quando se tratar de uma pesquisa numa abordagem qualitativa a descrição será geralmente de outra ordem. Para cada uma das categorias será produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise incluídas em cada uma delas. Geralmente é recomendável que se faça uso intensivo de “citações diretas” dos dados originais. (p. 8)

Sendo assim, o trabalho de descrição se baseia na apresentação de trechos dos dois textos selecionados para que a partir daí se possa discutir as interpretações possíveis, focando principalmente na finalidade da mensagem. A partir daqui separaremos a descrição conforme as categorias.

Categoria A: Índice Antropologia e suas variáveis (etnografia, etnologia, observação participante, análise etnológica, dados etnográficos e etc.)

Nesta categoria apresentaremos os textos que falam sobre a Antropologia como ciência, além de suas vertentes ao longo do tempo. Os dois materiais selecionados buscam trazer informações sobre a origem da disciplina e seus desdobramentos. Seleciona-se abaixo alguns trechos do livro “Sociologia em Movimento”, exclusivamente do Capítulo 3: Cultura e Ideologia, de SILVA (2013).

A antropologia é uma ciência que surgiu no século XVIII. Ela se dedica ao estudo de toda a diversidade de culturas e sociedades existentes no mundo. A partir do século XX passou a ser considerada uma disciplina científica, fazendo parte atualmente do campo das Ciências Sociais (em conjunto com Sociologia e Ciência Política). (p. 60)

A Antropologia evolucionista explicava as diferenças culturais como resultado dos diferentes estágios evolutivos em que se encontravam as sociedades, e não de predisposições congênitas, como ditava o determinismo biológico. (p. 60)

O antropólogo Franz Boas, (...), criticou a concepção evolucionista (...), apontando que era função da Antropologia estudar as diferenças entre as culturas de forma não linear, como histórias que transcorrem lado a lado; (...). (p. 60)

O antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942) teve papel fundamental para o desenvolvimento dos métodos contemporâneos de pesquisa antropológica ao criar a etnografia. (...) O método da observação participante desenvolvido por ele é até hoje um elemento básico das pesquisas antropológicas (qualitativas). (p. 61)

O antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006) pode ser considerado o responsável pela difusão da antropologia interpretativa. (...) Sua obra mais difundida, *A interpretação das culturas*, defende

que o trabalho etnográfico deve dar atenção especial ao papel dos símbolos na conformação das ações humanas. (p. 62)

Antropólogo franco-belga, Claude Lévi-Strauss (1908-2009) é o criador da Antropologia Estruturalista. (...) Em contraposição a escola funcionalista, defende a etnologia como principal método de compreensão da cultura no lugar da etnografia. (p. 63)

O trabalho etnográfico e a observação participante são os principais métodos de coleta de dados utilizados pela Antropologia. A obtenção de informações sobre determinada cultura (o que se consegue com a observação das estruturas, como a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião etc.) e o convívio com o grupo a ser estudado permitem que a produção de conhecimento sobre as diferentes culturas humanas contribua para combater o etnocentrismo e suas consequências para a sociedade, como a violência e a discriminação. (p. 66)

O Livro 2 – Sociologia de autoria do historiador Agnaldo Kupper também traz falas incluídas nesta categoria apesar da menor extensão do texto avaliado, sendo este o Capítulo 4: A antropologia como ciência da Alteridade.

Segundo a teoria evolucionista, os europeus urbanizados estariam em graus mais avançados e complexos de existência, enquanto os não europeus estariam em condições de atraso, simplicidade e primitivismo, como peças a serem estudadas em sua evolução genética e social. (KUPPER, 2012, p. 39)

Contudo, foi apenas no século XX que surgiu a escola antropológica funcionalista, em oposição ao evolucionismo que norteava os estudos antropológicos iniciais. O pioneiro do funcionalismo antropológico foi o polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942), que viveu aproximadamente quatro anos entre os habitantes das ilhas Trobriand (Nova Guiné). (KUPPER, 2012, p. 39)

Segundo Malinowski, cabe ao antropólogo observar cada detalhe da vida da estrutura social que se quer estudar a fim de, em seguida, apontar o que há de mais importante para o entendimento da sua forma de organização. (KUPPER, 2012, p. 40)

Claude Lévi-Strauss (...) mais do que ministrar aulas, sua presença no Brasil permitiu-lhe fazer expedições pela região amazônica, onde conviveu com índios Bororo, e edificar as bases do estruturalismo antropológico. Como extensão e complemento da escola funcionalista, Strauss amplia a visão da antropologia, enquanto ciência, ao aceitar a existência de sociedades tradicionais (não capitalistas) e complexas (capitalistas). Afirma, porém, que as diferenças entre elas só podem ser explicadas em função da história de cada uma e da relação que mantêm com o meio natural em que vivem. (KUPPER, 2012, p. 41)

O fato é que, em nosso mundo contemporâneo, a antropologia tem-se dedicado ao estudo das comunidades resistentes aos padrões globalizados, bem como aos estudos daquelas comunidades negligenciadas ou marginalizadas pelo sistema. (KUPPER, 2012, p. 42)

Passemos agora para a apresentação dos textos da segunda categoria.

Categoria B: Índices Etnocentrismo, Alteridade, Cultura, Relativismo e suas variáveis (diferenças culturais, valores culturais, práticas culturais e etc.)

A categoria B apresenta textos que explicitem a visão dos autores das duas obras sobre cultura, etnocentrismo, relativismo e alteridade. Novamente o padrão se repete, os dois materiais tratam dos temas, porém o livro “Sociologia em Movimento” é mais extenso e aprofundado do que a obra de Kupper. Vamos aos trechos destacados, continuando na mesma ordem anteriormente estabelecida tendo primazia o texto de SILVA (2013).

As diferentes características da organização das sociedades humanas, como o padrão mediante o qual essas sociedades se estratificam (...) e organizam a produção dos bens necessários à satisfação de suas necessidades, só podem ser compreendidas pela cultura, a qual, nesse sentido, é constituída pelas práticas, saberes, valores e normas que orientam a organização das sociedades. (p. 57)

A experiência cotidiana nos ensinou a usar o termo cultura para designar o lugar social de uma pessoa ou grupo, que podemos classificar com base em aspectos como escolaridade, modo de se comportar, tipo de roupa, personalidade, entre outros. (...) Quando isso ocorre o termo cultura está sendo utilizado em sentido restrito. (p. 58)

Segundo a pesquisa etimológica do sociólogo alemão Norbert Elias, o termo alemão *kultur* foi utilizado até o princípio do século XX, na Alemanha, para se referir aos aspectos não materiais (intelectuais, artísticos e religiosos) da sociedade, em oposição ao termo *Zivilisation*, que alude aos aspectos materiais de uma cultura (todo tipo de utensílios, ferramentas, instrumentos, máquinas, hábitos alimentares, tipos de habitação etc.) – um valor de segunda classe, quando comparado ao comportamento e às realizações do espírito humano. (p. 59)

O etnocentrismo pode ser definido como a visão de mundo característica de quem considera sua cultura e grupo étnico mais importantes que os demais. Essa visão é uma forma de preconceito e pode gerar graves conflitos, ao avaliar de forma arbitrária, baseado em critérios de sua própria cultura, com atrasados ou sem sentido as práticas e os valores culturais de outros povos ou grupos sociais. (...) A partir do século XVI, com a colonização europeia na América, e nos séculos XIX e XX, com a colonização da África, Ásia e Oceania, desenvolveu-se um tipo de etnocentrismo que ficou conhecido como eurocentrismo. Essa visão considerava a Europa o centro do mundo e as sociedades não europeias são classificadas com base nesses modelos europeus. (p. 64)

Como crítica à prática do etnocentrismo, a Antropologia desenvolveu um princípio chamado relativismo cultural. Por relativismo cultural

entende-se a postura pela qual cada manifestação cultural é considerada legítima, sendo resultado da experiência cotidiana de determinado agrupamento humano e sua interação constante com outros grupos. (p. 65)

Por alteridade compreende-se o reconhecimento do outro, visto como aquele que possui práticas, saberes, valores e normas distintos dos nossos. É esse reconhecimento que permite a aceitação da diversidade cultural e a relativização de nossas próprias práticas. (p. 65)

O livro de Kupper também traz sua contribuição para a discussão dos índices escolhidos em sala de aula, como podemos ver abaixo.

Assim, para estudar esses povos colonizados, surge a antropologia como ciência da alteridade, a ciência que procurará investigar o homem diferente do europeu. A princípio a antropologia buscou o estudo do exótico, desejando, ao classificar a evolução da espécie humana, levar em consideração o europeu como padrão, em uma clara visão etnocêntrica (eurocêntrica). Isso se deu principalmente porque essa ciência, em seus primeiros passos, seria patrocinada pelas elites europeias, interessadas em “descobrir” o diferente para melhor entendê-lo, administrá-lo e explorá-lo, (...). (KUPPER, 2012, p. 38)

Ambos [Malinowski e Radcliffe-Brown] conseguiram sepultar a tese evolucionista na antropologia ao atentarem para a necessidade de visualização dos não europeus como membros de sociedades integradas de culturas e instituições que têm como função satisfazer suas necessidades essenciais de sobrevivência. Membros esses que sofreriam um processo de aculturação quando em contato com o europeu e sua visão capitalista. (KUPPER, 2012, p. 40)

O indígena, mesmo aculturado, conhece profundamente o ambiente em que vive. Identifica as dos animais diurnos e noturnos, seus conhecimentos botânicos permitem-lhe usufruir dos benefícios de plantas e raízes, seja como alimento, seja com remédio. O instinto ecológico dos índios é natural: não poluem, não contaminam, não destroem o ambiente com a sua presença, pois dele depende sua sobrevivência. (KUPPER, 2012, p. 42)

Em nossa sociedade globalizada, as particularidades passam a trilhar a ideia do exótico. Valoriza-se o igual, seja quanto ao que se come ou ao que se veste, cabendo ao diferente o valor da excentricidade. Muitos dos considerados excêntricos possuem os mesmos valores globalizados, mas postam-se como diferentes para obterem as condições econômico-financeiras de se manterem no capitalismo. (KUPPER, 2012, p. 42)

Tendo observado o corpus formado através da leitura e análise dos textos selecionados passa-se a interpretação dos dados coletados.

SEGUNDA PARTE: INTERPRETAÇÃO

A análise aqui proposta focaliza um dos instrumentos utilizados em sala de aula durante a exposição dos conteúdos: o livro didático. O livro pode ser visto de várias formas dependendo tanto do observador, quanto do contexto. Nesta análise se quer caracterizar o livro didático como um artefato cultural, valendo-se da definição de MARTINS (2006):

O livro didático é um artefato cultural, isto é, suas condições sociais de produção, circulação e recepção estão definidas com referência a práticas sociais estabelecidas na sociedade. Enquanto tal, ele possui uma história que não está desvinculada da própria história do ensino escolar, do aperfeiçoamento das tecnologias de produção gráfica e dos padrões mais gerais de comunicação na sociedade. (p. 124)

Este artefato cultural, que além de ser fruto de uma parte específica da industrial cultural, também é um material discursivo, que tem tomado um local de destaque na sala de aula, tanto por seu caráter de manual a ser seguido quanto pelas dificuldades encontradas em sala de aula (salas de aula superlotadas, desmotivação docente devido à falta de incentivo na carreira, professores que ministram disciplinas fora de sua área de formação, etc.). A fetichização deste objeto como alerta Marco Antônio Silva tem relação direta com essas situações adversas.

Além de consagrado em nossa cultura escolar, o livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula. (SILVA, 2012, p. 806)

A questão é tão profunda que o próprio Ministério da Educação admite que há a utilização do livro didático muitas vezes como único recurso de ensino.

O ambiente da sala de aula, o número excessivo de alunos por turma, a quantidade de classes assumidas pelos professores e os controles administrativos assumidos no espaço escolar contribuem para a escolha de práticas educacionais que se adaptem à diversidade de situações enfrentadas pelos docentes. Geralmente, isso significa a adoção ou aceitação de um livro, um manual ou uma apostila, como únicos materiais didáticos utilizados para o ensino (Brasil apud SILVA, 2012, p. 806).

Sendo assim, é de fundamental importância a análise deste material que acaba por reger o ensino não só de Sociologia, mas também das mais diversas disciplinas neste país. Vejamos então como as obras aqui selecionadas conversam com seus interlocutores, professores e alunos.

Deve-se destacar que os dois livros possuem recursos textuais e imagéticos diversos. Os dois textos incluem fotos diversas durante a apresentação do texto, tanto coloridas quanto preto-e-brancas, também possuem sessões de apoio que esclarecem melhor termos utilizados durante o texto principal. Nos dois materiais também temos textos complementares e indicações tanto de livros quanto de filmes sobre os temas tratados. Por fim, são abordadas as questões de fixação do conteúdo. O livro da rede Poliedro foca mais em questões objetivas, enquanto que o material do texto do “Sociologia em Movimento” faz uma mescla entre questões discursivas e objetivas.

Tomando primeiramente o livro “Sociologia em Movimento” o que notamos é que há um cuidado de seus autores em utilizar termos os mais próximos possíveis daqueles utilizados na academia – se esforçando por trazer as definições no corpo do texto principal sempre que possível. As definições são claras e esmiuçadas, cada tópico é abordado de maneira exaustiva – como é possível notar nas citações apresentadas. Isso é uma vantagem, porém também é o calcanhar de Aquiles da obra. O livro se torna muito completo, porém muito extenso.

O capítulo aqui analisado trata de cultura e ideologia, ele acaba sendo um capítulo longo, o que exigiria do docente subdividi-lo em partes menores e realizar atividades de elaboração própria, visto que não é possível fixar tantos conceitos em pouco espaço de tempo – levando em consideração que geralmente a carga horária de Sociologia é de 1 aula por semana. O texto acabaria sendo abordado em no mínimo duas semanas, o que acarretaria um enfoque superficial e o “esquecimento” dos textos de apoio ou das questões discursivas tão ricas para o debate e o fomento do conhecimento sociológico.

Quanto ao conceito de alteridade, que é o ponto principal desta exposição, o livro se sai maravilhosamente bem. Como apresentado na descrição o texto define os conceitos de alteridade, etnocentrismo, relativismo cultural e demonstra como a Antropologia foi e é responsável pela aceitação da diversidade cultural através de seus estudos teóricos, o que é importantíssimo para a consolidação da disciplina antropológica nos mais diversos campos.

O livro de Kupper também revela os novos rumos que o ensino de Sociologia tem tomado em relação ao conceito de alteridade e a própria Antropologia. Porém,

infelizmente se comparado ao texto “Sociologia em Movimento” a teia argumentativa tecida se torna frágil e pouco fundamentada. Como verificável nas citações da parte descritiva, ainda existem deslizes. O texto apresenta a disciplina antropológica, mas é simplista na apresentação do evolucionismo, aprofunda-se de maneira adequada no funcionalismo, mas extrapola a sua proposta quando trata do estruturalismo, não tendo dado base conceitual anterior aos leitores do texto para compreender temas como: clãs, linhagens e estratificação.

O texto também peca em dois momentos. No primeiro ele promove uma certa folclorização do indígena, falando sobre um instinto natural de preservação ambiental que existiria nestes indivíduos, além de utilizar ainda o conceito de aculturação. No outro discute alteridade sem definir claramente o termo, puxando a discussão para os temas do exotismo e da excentricidade, além de imputar uma necessária adequação ao sistema capitalista por parte dos indivíduos “excêntricos”.

Há aqui então um novo paradoxo nas duas obras, a Antropologia e o conceito de alteridade são apresentados aos alunos, mas não em sua forma mais crítica, capaz de suscitar discussões e a formação de novos conceitos através dos próprios processos dos alunos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou discutir de maneira ainda inicial o tema da Antropologia e da alteridade no livro didático de Sociologia. A questão ainda é muito recente, haja vista que apenas no Guia de Livros Didáticos do Plano Nacional do Livro Didático de 2015 é que teremos a opção de avaliação de seis obras, sendo em 2012 apenas duas. O campo de expansão para a confecção deste artefato cultural seria então ainda muito grande.

Através da análise de conteúdo de Laurence Bardin buscou-se então reconhecer quais são as mensagens enviadas através do livro didático, destacando-se os trechos importantes conforme as categorias de análise criadas para esta empreitada. O que foi possível observar é que ainda é necessário trilhar um caminho que melhore tanto os textos, quanto edições e distribuições destes materiais. O que fica grifado aqui é que para aqueles que desprezam o ensino público uma não tão grata surpresa é notar que o livro didático distribuído de forma gratuita no Ensino

Médio entra com maior amplitude conceitual em questões tão caras a vida atual como a diversidade cultural.

Espera-se ainda poder contribuir mais para este campo, apenas do temerário momento de reformas instituídas na educação nacional. O livro didático continua sendo instrumento forte na educação nacional e há de analisar de melhor maneira sua relação com corpo discente e docente das instituições tanto públicas quanto privadas. O incentivo a pesquisas deste cunho é então fundamental tanto para a consolidação de pesquisas no campo do ensino de Sociologia quanto para a perpetuação para as novas gerações dos conhecimentos da disciplina antropológica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Lei nº 11.684 de 02 de julho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11684-2-junho-2008-575857-publicacaooriginal-99168-pl.html> > Acesso em: 05/07/2017.

BRASIL. Guia de livros didáticos PNLD 2015 - Ensino Médio - Sociologia. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?download=9011:pnld-2015-sociologia> > Acesso em: 02/07/2017.

KUPPER, Agnaldo. *Livro 2: Sociologia*. São Paulo: Editora Poliedro, 2012.

MARTINS, Isabel. Estudos do Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. *Pro-posições*, v. 17, n. 1 (49), p. 117 – 136, 2006.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

SILVA, Afranio, et al. *Sociologia em Movimento*. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Marco Antonio. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.